

ANEXO XII – DIRETRIZES AMBIENTAIS

As Diretrizes Ambientais aqui contidas visam orientar a elaboração de **Estudo de Impacto Ambiental (EIA)** e seu respectivo **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)**, em cumprimento ao item VII do Art. 10 da Lei no. 11.079 de 30 de dezembro de 2004, que “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”:

“Art. 10. A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de concorrência, estando a abertura do processo licitatório condicionada a:

(...) VII – licença ambiental prévia ou expedição das diretrizes para o licenciamento ambiental do empreendimento, na forma do regulamento, sempre que o objeto do contrato exigir.” (...)

Para a formulação das Diretrizes Ambientais a seguir, foi tomado como referência o **Termo de Referência para apresentação de Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA referente a Estabelecimentos Prisionais e Complexos Penitenciários** de autoria da FEAM, versão 2007.

Esse formato visa orientar a elaboração de **Estudo de Impacto Ambiental (EIA)** e seu respectivo **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)** e **Plano de Controle Ambiental (PCA)**, em cumprimento às resoluções CONAMA nº. 237/97 (“Licenciamento ambiental”), CONAMA nº. 01/86 (“Diretrizes para Elaboração do EIA/RIMA”), à Deliberação Normativa COPAM nº. 074/04 (“Critérios para classificação de empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente,

passíveis de autorização ambiental no âmbito estadual”)), a ser apresentado pelos empreendedores à Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, para instruir o processo de licenciamento ambiental do COMPLEXO PENITENCIÁRIO PPP DE RIBEIRÃO DAS NEVES. Esse Termo de Referência não pretende esgotar todas as questões relativas aos impactos ambientais da implantação do empreendimento citado, cabendo à empresa responsável por sua elaboração justificar a exclusão de itens previstos quando necessário, bem como a inclusão de outros considerados importantes para a discussão e avaliação da qualidade ambiental do empreendimento.

Além da legislação ambiental citada, o responsável pela elaboração dos estudos deverá também garantir que o empreendimento esteja de acordo com a legislação específica para o bioma cerrado, ou seja:

Deliberação COPAM nº 85, de 21 de outubro de 1997. Aprova a lista das espécies ameaçadas de extinção da flora do Estado de Minas Gerais;

Lei nº 9.743, de 15 de dezembro de 1988 – Declara de interesse comum, de preservação permanente e imune de corte o ipê-amarelo e dá outras providências;

Lei nº 13.047, de 17 de dezembro de 1998 – Dispõe sobre o uso racional do cerrado nativo ou em estágio secundário de regeneração;

Lei nº 13.965, de 27 de julho de 2001 – Cria o Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado - PRÓ-PEQUI;

Lei no. 10.883 de 2 de outubro de 1992 – Declara de preservação permanente, de interesse comum e imune ao corte, no Estado de Minas Gerais, o pequizeiro (*Caryocar brasiliense*) e dá outras providências;

Decreto nº 43.710, de 8 de janeiro de 2004 – Regulamenta a Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado.

Além da legislação específica do bioma do cerrado citada anteriormente, o empreendedor deverá garantir o atendimento à legislação federal, estadual e se houver, municipal aplicável ao empreendimento, tanto para o processo de licenciamento quanto para as demais autorizações ambientais necessárias para a sua operação.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1- O EIA/RIMA deverá ser elaborado por equipe técnica habilitada, devendo constar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de cada profissional.

1.2- Todas as ilustrações, cartas, plantas, desenhos, mapas e fotografias deverão ser perfeitamente legíveis em todas as cópias do documento.

1.3- De acordo com as características e a localização do empreendimento, a FEAM poderá solicitar informações complementares julgadas necessárias à análise da proposta, bem como dispensar o atendimento às exigências constantes deste documento, que a seu critério não sejam aplicáveis.

1.4- O EIA deverá ser apresentado em, no mínimo 04 vias, em formato A4 e 01 via em formato digital. O RIMA deverá ser apresentado em, no mínimo 07 vias, em formato A4 e 01 via em formato digital.

1.5- As ilustrações, mapas, plantas e desenhos que não puderem ser apresentados desta forma deverão constituir um volume anexo, em mesmo número de vias.

1.6- O empreendedor fará publicar, nos meios de comunicação local (rádio, TV e/ou jornais), um resumo do projeto contendo seus objetivos, impactos previstos, medidas de controle propostas, etc.

1.7- A FEAM encaminhará cópia do RIMA aos órgãos públicos que tiverem relação com o projeto, informando e orientando quanto ao prazo para manifestação.

1.8- A FEAM manterá cópia do RIMA para consulta pública.

2. ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO EIA

2.1- Contexto do Projeto

a) Identificação do empreendedor:

- Nome, razão social, endereço e endereço eletrônico para correspondência;
- Inscrição Estadual e CGC;
- Nome, endereço, telefone e fax do responsável pelo empreendimento;

b) Identificação do Responsável Técnico pelo licenciamento:

- Nome;
- Endereço, telefone, fax e endereço eletrônico;
- ART.

c) Caracterização geral do empreendimento:

- Nome do empreendimento;
- Área total, área útil e área construída do empreendimento;
- Registro atualizado do imóvel;
- Objetivos sociais do empreendimento;
- Compatibilização do projeto com o Plano Diretor Municipal, legislação urbanística e planos de desenvolvimento ambiental e sócio-econômico existentes no município;
- Justificativa da localização do empreendimento do ponto de vista urbanístico, de segurança e ambiental;
- ART do(s) projetista(s).

2.2 – Diagnóstico Ambiental da área de influência

Descrição e análise dos fatores ambientais físicos, bióticos e sócio-econômicos e suas interações, de modo a caracterizar a qualidade ambiental da área de influência, impactada direta e indiretamente e sua capacidade de suporte antes da implantação do empreendimento. Descrição dos aspectos do meio natural e antrópico afetados pelo empreendimento e suas relações e interações com o meio e com a população envolvida, tendo em vista valores sociais, culturais e econômicos.

a) Meio Físico

O diagnóstico visa avaliar a capacidade de suporte do meio físico frente ao empreendimento. Deverão ser considerados aspectos geológicos, geotécnicos, hidrogeológicos (áreas de recarga de aquíferos), climatológicos (qualidade do ar), hidrográficos (usos da água, especialmente a jusante, recepção de drenagem pluvial, esgotamento sanitário, pesca, geração de energia etc.), sempre relacionando com o uso e ocupação do solo no entorno.

b) Meio Biótico

Estudos para caracterização das comunidades florísticas e faunísticas de cada ambiente da área (terrestres e aquáticos), avaliando a pressão do empreendimento sobre estes biótopos, identificando áreas com potencial de preservação. Identificar áreas de amostragem da fauna e flora, que deverão ser as mesmas. Identificação e localização de espécies da fauna e da flora indicadores de alterações ambientais, da qualidade ambiental, bem como espécies ameaçadas, e com outras características relevantes. Apresentação de dados referentes à qualificação e dimensão das áreas a serem submetidas à supressão vegetal.

c) Meio Antrópico

O diagnóstico deverá apresentar a capacidade de suporte da estrutura urbana do município face à implantação do empreendimento, tendo em vista a qualidade

ambiental da área e os impactos sobre a estrutura urbana e sócio-econômica do município. Apresentar estudos do meio socioeconômico abrangendo a caracterização geral do município do ponto de vista das condições sociais e econômicas, principais atividades, infra-estrutura, saneamento básico, sistema viário e de transportes, uso e ocupação do solo no entorno, saúde, educação, lazer, segurança. Relacionar estes estudos com a área do empreendimento, visando verificar a viabilidade da integração do mesmo com a infra-estrutura existente no município. Destacando os sítios e monumentos arqueológicos históricos e culturais da comunidade.

2.3 - Descrição/Caracterização do empreendimento

A descrição/caracterização do empreendimento, acompanhada de projetos, fotos e demais documentos necessários à análise, deve permitir a avaliação ambiental da alternativa técnica adotada para o empreendimento, apresentando no mínimo:

- 1) Mapa de situação do empreendimento, em escala regional, delimitando o mesmo e indicando o posicionamento frente à divisão político-administrativa, áreas ocupadas, rede hidrográfica regional, Unidades de Conservação ou outras áreas de relevância ambiental, sistema viário principal, bairros, distritos e povoados, e outros elementos que mereçam destaque;
- 2) Mapa, em escala 1:10.000, indicando a localização do empreendimento frente à rede hidrográfica local, às Unidades de Conservação do entorno (raio de 10 Km), às áreas tombadas, às áreas de interesse cultural e/ou etnológicas da comunidade, aos sítios naturais ou monumentos arqueológicos, articulação com o sistema viário do entorno, indicando ainda, áreas rurais, urbanas e de expansão urbana;

3) Planta de uso do solo do empreendimento e seu entorno imediato, delimitando a área do mesmo, indicando cursos d'água, áreas úmidas, áreas vegetadas e tipo de vegetação, áreas ocupadas e o tipo de ocupação, sistema viário existente, além de outros itens considerados relevantes;

4) Planta do empreendimento, identificando as edificações, atividades e usos, sobre base plani-altimétrica com curvas de nível de metro em metro, apresentando traçado das vias internas (veículos e pedestres), acessos, e sua articulação com arruamentos contíguos, indicação de áreas verdes, áreas “non aedificandi”, áreas de preservação permanente (APP), áreas de uso comum etc.;

5) Mapa de declividades da área, identificando os intervalos de 0 a 30%, de 30% a 100% e acima de 100%;

6) Mapa geológico-geotécnico da área, com caracterização do solo quanto a estabilidade e susceptibilidade a erosão, incluindo laudo de risco geológico-geotécnico comprovando a segurança para ocupação das áreas acima de 30% e as diretrizes para ocupação dessas áreas;

Obs.: Os mapas e plantas a que se referem os itens 3, 4, 5 e 6 deverão ser apresentados na mesma escala e em papel sulfite e vegetal, de forma a possibilitar a superposição dos mesmos.

7) Quadro estatístico de áreas do empreendimento, apresentando as áreas construídas, áreas verdes, áreas das vias, e áreas dos diversos usos propostos;

8) Indicação das espécies a serem utilizadas na arborização do sistema viário, em espaços de uso comum e na recuperação de áreas porventura degradadas;

- 9) Esclarecimentos sobre como será feita a segurança do empreendimento e de seu entorno, incluindo anuência do serviço policial local (civil e militar);
- 10) Manifestação da empresa concessionária de energia elétrica na região, sobre a capacidade de atendimento à demanda a ser gerada pela implantação do empreendimento, ou descrição de solução própria para o fornecimento de energia;
- 11) Estudo para o sistema de drenagem pluvial, identificando as prováveis sub-bacias de drenagem, e os dispositivos destinados à dissipação de energia e amortecimento de cheias. Deverão também ser avaliadas as consequências para as áreas de jusante decorrente da concentração de vazões promovida pelo sistema de drenagem, pela impermeabilização do solo e pela remoção da vegetação;
- 12) O estudo deverá conter uma solução para armazenamento e disposição final dos resíduos sólidos. No caso da utilização do sistema público de limpeza urbana, apresentar termo de anuência do órgão responsável por sua operação;
- 13) Apresentação de solução para o suprimento de água potável, observadas as diretrizes municipais ou de sua concessionária. No caso de abastecimento por terceiros, apresentar manifestação destes atestando viabilidade do abastecimento. Na hipótese de adoção de sistema próprio apresentar a caracterização e justificativa da escolha do manancial selecionado, responsabilidade pela operação do sistema e outorga para o uso da água concedida pelo órgão competente (IGAM);
- 14) Descrição do sistema de coleta, tratamento e lançamento dos efluentes; justificativas quanto à alternativa escolhida e os parâmetros de projeto adotados, sob os aspectos técnicos e ambientais. Identificação das entidades responsáveis pela

operação e manutenção do sistema, com manifestação anuente em caso de terceiros. Demonstrar a capacidade do corpo receptor – solo ou água – à luz do disposto na DN COPAM nº10/86 para receber os efluentes. No caso de utilização do solo para infiltração do esgoto, apresentar sondagens identificando características do solo e nível do lençol freático. Incluir solução para tratamento/destinação da fase sólida;

15) Apresentação de cronograma físico de implantação do empreendimento, compatibilizado com o desenvolvimento dos projetos ambientais que deverão compor o Plano de Controle Ambiental – PCA. Este cronograma deverá apresentar as seguintes informações sobre cada etapa de execução:

- Descrição das ações de limpeza do terreno, remoção de vegetação e espécies da fauna;
- Localização proposta para as instalações do canteiro de obras e medidas de controle dos efluentes gerados no canteiro;
- Indicação, localização e caracterização da movimentação de terra, áreas de empréstimo e bota-fora a serem utilizados nas obras de instalação do empreendimento, conforme previsão de terraplanagem;
- Descrição sucinta das ações de controle de resíduos sólidos, resíduos de construção civil (RCC), efluentes líquidos e gasosos gerados durante a execução das obras.

2.4 - Prognóstico dos Impactos Ambientais

O prognóstico dos impactos ambientais deverá identificar e analisar os efeitos ambientais da implantação do empreendimento considerando os aspectos estudados, no sentido de orientar a adoção de medidas de prevenção, controle, mitigadoras e compensatórias, nas fases de planejamento, implantação e operação do empreendimento. A avaliação de impactos ambientais deverá permitir a

determinação da magnitude e da importância dos impactos. A síntese dos impactos ambientais, positivos e negativos, previstos em cada fase do empreendimento, deverá permitir o prognóstico da qualidade ambiental na área de influência do empreendimento.

2.5 – Medidas Mitigadoras e Compensatórias

Apresentação das medidas, equipamentos ou procedimentos, de natureza preventiva, corretiva ou compensatória que serão utilizadas para mitigação, compensação ou redução da magnitude dos impactos negativos sobre os fatores físicos, bióticos e sócio-econômicos, em cada fase do empreendimento.

2.5.1 - Instalação do empreendimento

- redução das interferências e transtornos à população, no que se refere às emissões atmosféricas, ruídos e tráfego de máquinas;
- controle dos impactos resultantes das obras de terraplanagem (erosão e instabilidade do solo);
- mitigação da retirada de cobertura vegetal;
- proteção a nascentes, cursos d'água e lagoas existentes no local e seu entorno;
- proteção ao patrimônio histórico e paisagístico;
- mitigação do incremento da impermeabilização do solo;
- mitigação dos efeitos do lançamento das águas pluviais;
- destinação final adequada para efluentes sanitários e resíduos sólidos gerados no canteiro de obras e demais instalações de apoio administrativo.

2.5.2 - Operação do empreendimento

- garantia de segurança à população do entorno;

- garantia de atendimento de transporte coletivo ao empreendimento;
- tratamento e disposição final de efluentes sanitários do empreendimento;
- coleta e destino final de resíduos sólidos;
- arborização do sistema viário e espaços de uso comum;
- recuperação e revegetação das áreas degradadas.

2.6 - Planos de monitoramento

O monitoramento proposto deverá abordar, no mínimo:

- Plano de avaliação das obras destinadas à contenção de encostas e drenagem pluvial;
- Plano de acompanhamento do desenvolvimento da arborização;
- Plano de monitoramento do sistema de abastecimento e da qualidade da água;
- Plano de monitoramento do sistema de tratamento de efluentes líquidos.

3. ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO RIMA

O RIMA deve abordar, de forma objetiva e sintética, os resultados do estudo de impacto ambiental, em linguagem corrente e acessível a leigos, sem prejuízo de sua qualidade técnica, contendo no mínimo:

- Descrição do projeto, localização, etapas de construção e operação, ilustrando sempre que necessário com mapas, gráficos, desenhos, as matérias primas, e mão-de-obra, as fontes de energia, os processos e técnica operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos de energia, os empregos diretos e indiretos a serem gerados e outras técnicas;

- Justificativas técnicas, econômicas, ambientais e de segurança, e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;
- Síntese do diagnóstico ambiental da área de influência;
- Descrição dos principais impactos, positivos e negativos, fases de ocorrência, medidas mitigadoras e sua eficiência, indicando impactos que não podem ser evitados e mitigados, medidas compensatórias, indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;
- Caracterização sucinta da qualidade ambiental futura da área de influência comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como com a hipótese de sua não realização;
- Planos de monitoramento e acompanhamento dos impactos;
- Equipe técnica;
- Recomendação quanto à alternativa mais favorável.